

**RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DO  
CONCURSO DA CÂMARA DE ITINGA DO MARANHÃO**

**1. Recurso Contra as Questões de Conhecimentos: PORTUGUÊS/ CARGO:  
CONTROLADOR, ASSESSOR JURÍDICO E ASSESSOR CONTÁBIL.**

Nº Questão	Parecer
10	<b>INDEFERIDO:</b> Ainda que haja duas alternativas (A e B) iguais, não interferem no gabarito correto da questão, o qual é a alternativa D.
08	<b>INDEFERIDO:</b> SOMENTE UM PRONOME DO SEGUNDO QUADRINHO REMETE À IDEIA DE SEQUENCIAÇÃO – O PRONOME “ELE” – NÃO RESTANDO MARGEM PARA DÚVIDA DE QUAL PRONOME DESEMPENHARIA FUNÇÃO DE SEQUENCIAÇÃO.
02	<b>INDEFERIDO:</b> A IDEIA ESTABELECIDA NÃO É DE COMPARAÇÃO. PELO CONTEXTO, TEM-SE EXEMPLIFICAÇÃO.

**2. Recurso Contra as Questões de Conhecimentos: PORTUGUÊS / AGENTE DE  
SERVIÇOS GERAIS, VIGIA.**

Nº Questão	Parecer
1	<b>INDEFERIDO:</b> O enunciado da questão pede <b>UM dígrafo (nh)</b> e <b>UM encontro consonantal (br)</b> . Portanto, mantêm-se correta a opção <b>C</b> . A opção <b>D</b> contém <b>DOIS</b> dígrafos e <b>UM</b> encontro consonantal.

**3. Recurso Contra as Questões de Conhecimentos: PORTUGUÊS / ASSISTENTE  
ADMINISTRATIVO.**

Nº Questão	Parecer
3	<b>DEFERIDO:</b> Questão anulada.

**4. Recurso Contra as Questões de Conhecimentos: CONTROLADOR.**

Nº Questão	Parecer
40	<b>INDEFERIDO:</b> A referida questão possui como único gabarito a alternativa “A”. A Alternativa “B” está incorreta, pois a majoração ou redução de tributos poderão ocorrer por instrumento diverso da Lei, constituindo-se como exceções ao princípio da Legalidade, conforme segue: Art. 153 § 1 da CF/88, que faculta ao poder executivo alterar as alíquotas sobre o Imposto de Importação, Imposto de Exportação, IPI e o IOF ( denominados tributos regulatórios do comércio exterior). A alteração das alíquotas pode ocorrer por ato normativo, decreto presidencial, ou portaria do ministro da fazenda. O Art. 177 § 4º, I, b da CF/88: possibilita ao executivo reduzir ou restabelecer a alíquota da contribuição de intervenção e domínio econômico ( CIDE ), relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás e

	seus derivados e álcool combustível, por meio de ato normativo, o decreto presidencial. Estas exceções passaram a ter previsão no texto constitucional com a emenda nº 33 de 2001.
--	---

**5. Recurso Contra as Questões de Conhecimentos: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.**

Nº Questão	Parecer
30	<b>INDEFERIDO:</b> A resposta está correta pois a mesma está se referindo a CLASSIFICAÇÃO do lixo. O lixo pode <b>ser classificado</b> como <b>orgânico</b> (restos de alimentos, folhas, sementes, papéis, madeira entre outros), <b>inorgânico</b> e esses podem ser recicláveis ou não (plástico, metais, vidros etc.), lixo tóxico (pilhas, baterias, tinta etc.) e lixo altamente tóxico (nuclear e hospitalar). FONTE: <a href="https://www.novaconcursos.com.br/media/wysiwyg/Retificacoes/cro-conhecimentos-especificos.pdf">https://www.novaconcursos.com.br/media/wysiwyg/Retificacoes/cro-conhecimentos-especificos.pdf</a>

**6. Recurso Contra as Questões de Conhecimentos: ASSESSOR JURÍDICO.**

Nº Questão	Parecer
28	<b>INDEFERIDO:</b> A resposta está correta. CAPÍTULO II DO VOTO SECRETO Art. 103. O sigilo do voto é assegurado mediante as seguintes providências: I - uso de cédulas oficiais em todas as eleições, de acordo com modelo aprovado pelo Tribunal Superior; II - isolamento do eleitor em cabine indevassável para o só efeito de assinalar na cédula o candidato de sua escolha e, em seguida, fechá-la; III - verificação da autenticidade da cédula oficial à vista das rubricas; IV - emprego de urna que assegure a inviolabilidade do sufrágio e seja suficientemente ampla para que não se acumulem as cédulas na ordem que forem introduzidas.
30	<b>INDEFERIDO:</b> A alternativa está correta. 5) Art. 49 da CF. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (dentre outras) IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
31	<b>DEFERIDO:</b> Questão nula, por haver duas alternativas corretas.
32	<b>INDEFERIDO:</b> A resposta está correta São fontes do Direito Administrativo: os preceitos normativos do ordenamento jurídico, sejam eles decorrentes de

	<p>regras ou princípios, contidos na Constituição, nas leis e em atos normativos editados pelo Poder Executivo para a fiel execução da lei;</p> <p>a jurisprudência, isto é, reunião de diversos julgados num mesmo sentido. Se houver Súmula Vinculante, a jurisprudência será fonte primária e vinculante da Administração Pública;</p> <p>a doutrina: produção científica da área expressa em artigos, pareceres e livros, que são utilizados como fontes para elaboração de enunciados normativos, atos administrativos ou sentenças judiciais;</p> <p>os costumes ou a praxe administrativa da repartição pública.</p> <p>Fonte: <a href="https://www.infoescola.com/direito/direito-administrativo">https://www.infoescola.com/direito/direito-administrativo</a></p>
33	<p><b>INDEFERIDO:</b> A resposta está correta.</p> <p>Superior Tribunal de Justiça Sede do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Esse órgão foi fundado pela atual Constituição Federal de 1988. É formado por, pelo menos, 33 ministros, escolhidos por nomeação presidencial, depois que o Senado Federal aprovar, e nomeados entre nascidos no Brasil com idade superior a 35 e inferior a 65 anos, de notório conhecimento de Direito e idoneidade inquestionável.</p> <p>Fonte: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_Judici%C3%A1rio_do_Brasil">https://pt.wikipedia.org/wiki/Poder_Judici%C3%A1rio_do_Brasil</a></p>
39	<p><b>INDEFERIDO:</b> A resposta está correta.</p> <p>O art. 37 § 6º da Constituição brasileira seguiu a linha traçada nas constituições anteriores e, abandonando a teoria subjetiva da culpa. As empresas estatais ou empresas concessionárias de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos que seus empregados, causarem a terceiros. O abuso no exercício das funções por parte do servidor não exclui a responsabilidade objetiva da Administração.</p> <p>Fonte: <a href="https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1655/A-Responsabilidade-Civil-da-Administracao-no-Direito-Brasileiro">https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1655/A-Responsabilidade-Civil-da-Administracao-no-Direito-Brasileiro</a>.</p>

**7. Recurso Contra as Questões de Conhecimentos: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.**

Nº Questão	Parecer
36	<p><b>DEFERIDO:</b> A questão será nula. Devido nova atualização do Manual da Presidência da República, a banca entende que a questão pode gerar uma dúvida na resposta.</p>